

MAIO 2016

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação




IV CONVENÇÃO NACIONAL
EDUCAÇÃO PARA UM NOVO SÉCULO:
QUE RESPOSTAS EDUCATIVAS? QUE CURRÍCULO?
QUE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR?

IV CONVENÇÃO NACIONAL FNE/CONFAP/ANDAEP

P.2, P.3, P.4, P.5, P.6

NESTA EDIÇÃO

P.7 - FNE NEGOCEIA ALARGAMENTO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE DOUTORAMENTOS

P.12, P.13 - CONCLUÍDA NEGOCIAÇÃO PARA O DESPACHO DE ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO DOCUMENTO AINDA NÃO CLARIFICA DISTINÇÃO ENTRE TRABALHO LETIVO E NÃO LETIVO

**P.14 - CORREIO JURÍDICO
LEGISLAÇÃO - MAIO 2016**

P.15 - O STAAE SUL E RA COMEMORA ESTE MÊS 25 ANOS



P.8, P.9, P.10 - 1º DE MAIO DA UGT EM VISEU TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PARTICIPARAM EM DIA DE FESTA E DE LUTA



P.11 - CARREIRAS ESPECIAIS PARA TRABALHADORES NÃO DOCENTES SÃO UMA EXIGÊNCIA!

IV Convenção Nacional FNE/CONFAP/ANDAEP



Cerca de duas centenas de pessoas, entre pais, professores, diretores de escolas e não docentes participaram, no dia 7 de maio, na IV Convenção Anual da FNE (*Federação Nacional da Educação*), CONFAP (*Confederação Nacional das Associações de Pais*) e ANDAEP (*Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas*), que decorreu no Europarque, em Santa Maria da Feira.

A edição de 2016 escolheu o tema **Educação Para Um Novo Século – Que respostas educativas? Que currículo? Que organização escolar?** a iniciativa, que vai já na sua quarta edição, reuniu um conjunto de especialistas que debateram o futuro da educação em Portugal, inserida nos grandes desafios educativos do presente e do futuro.

A sessão de abertura coube a João Dias da Silva, secretário-geral da FNE, que sublinhou as virtudes da educação e formação enquanto motores de desenvolvimento pessoal e coletivo e do seu crucial papel enquanto dinamizadoras de

igualdade, equidade e sustentabilidade de cada país. João Dias da Silva realçou em particular a luta da FNE por uma escola pública de qualidade para todos, uma escola equitativa, que é sem dúvida uma responsabilidade de toda a sociedade. O secretário-geral da FNE realçou ainda a **importância do diálogo social**, como instrumento e fonte inesgotável de soluções duradouras, capazes de nos mostrarem como desbravar os caminhos do futuro.

Emídio Sousa, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, um concelho com forte presença do setor industrial, realçou que *“só somos competitivos se tivermos recursos humanos para*

isso”, lembrando que o professor tem muitas vezes de fazer o que a família e a sociedade não fazem. O autarca revelou que em 62 embaixadores ingleses 60 escolheram Portugal para terminarem a sua carreira. “Somos um país capaz, competente”, afirmou, rematando que “não podemos ser procurados por baixos salários”.

Filinto Lima, presidente da ANDAEP, frisou que se o Ministério da Educação ouvisse mais vezes os diretores, os professores e a comunidade educativa erraria bastante menos. Para este diretor escolar o caminho é só um: **engrandecimento da escola pública e dos nossos alunos**.



O desafio é sermos professores!



O título que apresentamos foi atirado em tom de desafio por um dos oradores convidados e resume de alguma forma esta IV Convenção FNE/CONFAP/ANDAEP que foi acompanhada por duas centenas de participantes que se deslocaram ao Europarque e por meio da transmissão direta, por Internet, através da TV.FNE.PT.



tvfnept



As novas tecnologias e as estratégias para inovar em contexto de sala de aula foram os temas que dominaram a manhã da Convenção. João Cunha, professor do Agrupamento de Escolas de Freixo, em Ponte de Lima, trouxe ao debate sobre *“Como as Escolas Podem Inovar na Sala de Aula”* o exemplo de uma instituição que, apesar de inserida num meio rural e desfavorecido, está integrada no projeto da Microsoft, o Office 365, que permite à escola fazer parte de uma rede mundial de escolas que estabelecem contactos entre si.

A utilização das novas tecnologias e a capacidade de as integrar nas aulas e na aprendizagem foi o tema desenvolvido neste painel. Esta escola é reconhecida pela Microsoft como um dos melhores exemplos de interação entre os conteúdos programáticos e as ferramentas tecnológicas. João

Cunha explicou o porquê deste reconhecimento e defendeu que foi fundamental admitir dentro da comunidade escolar a necessidade de criar algo novo. Para este professor é preciso assumir e revelar o que de bom se faz nas nossas escolas. “Não somos piores ou melhores do que escolas de outros países, temos é realidades diferentes”, defendeu.

No segundo painel da manhã falou-se sobre *“Tecnologias do Presente e do Futuro”*, como orador esteve António Osório, da Universidade do Minho que conquistou a plateia com o seu bom humor. Foi em tom descontraído que falou de assuntos sérios, como por exemplo a dependência tecnológica que todos sofremos nos dias de hoje e a forma como as novas tecnologias estão a mudar a nossa vida e a tomar conta do nosso dia-a-dia. A palestra de António Osório serviu essencialmente para questionar, interrogar e provocar a plateia. “Como nos devemos preparar para o futuro é altamente especulativo”, ironizou o professor da Universidade do Minho.





Da parte da tarde os participantes ficaram a conhecer com mais pormenor o projeto Fénix. Luísa Moreira, coordenadora do projeto, teve oportunidade de explicar as motivações que levaram à concretização desta ideia que surgiu no Agrupamento Campo Aberto, Beiriz, resultante de uma forte vontade em proporcionar condições para que todos os alunos possam efetuar aprendizagens e consolidar saberes. Mais do que combater o insucesso, interessa qualificar esse sucesso, dando-lhe novas dimensões e horizontes de sustentabilidade e criação de objetivos. O projeto Fénix tem como missão dar apoio a alunos que a dada altura do seu percurso escolar evidenciam algumas dificuldades de aprendizagem.



A principal mensagem que Luísa Moreira quis deixar foi a de que é possível mudar e construir algo de verdadeiramente positivo no combate ao insucesso e abandono escolar e na promoção do sucesso dos nossos alunos. “É uma escola onde tem de haver compromisso. É uma escola onde tem de haver autonomia”, frisou a coordenadora do Projeto Fénix.



Seguiu-se uma breve intervenção sobre “Novas Dinâmicas de Aprendizagem para a Escola do Presente” a cargo de Maria Isabel Araújo e Carlos Lima Cunha da Escola Secundária Dom Manuel Martins, de Setúbal.

Os trabalhos finalizaram com uma comunicação e debate sobre “A Promoção do Sucesso Educativo como Condição Natural na Escola”, a cargo de José Verdasca, da Universidade de Évora e que trouxe ao debate a ideia de insucesso zero, onde a escola tem autonomia para agir e reagir perante realidades menos favoráveis ao sucesso escolar. José Verdasca teve oportunidade de apresentar o projeto Escola Inteligente que está a ser desenvolvido em algumas escolas do Alentejo e em que as novas tecnologias estão ao serviço das aprendizagens dos alunos. A Universidade de Évora é um dos parceiros do projeto.



A IV Convenção Nacional FNE/CONFAP/ANDAEP foi mais uma vez um sucesso e este ano introduziu uma novidade. Ao longo do dia de trabalho e reflexão foram introduzidos três momentos musicais e de dança: o primeiro com Vicente Silva, da Academia de Música e Artes de Rio Meão, com Guitarra Clássica; o segundo momento esteve a cargo do grupo Ensemble de Clarinetes da Academia de Música de Paços de Brandão, dos Escudeiros da Far e Queijo e da EB Farinheiro Fornos; finalmente e a terminar o dia de trabalhos, os participantes foram brindados com uma atuação dos Performance Gdancers, do BeFit Club Mouselos.





A Convenção Anual FNE/CONFAP/ANDAEP é um dos momentos mais importantes das três organizações, que ao longo dos últimos quatro anos têm desenvolvido esforços no sentido de encontrar o melhor rumo para o nosso sistema educativo, mobilizando professores, pais e diretores de escolas. Isso mesmo quiseram sublinhar, nas suas breves intervenções de abertura e encerramento, João

Dias da Silva pela FNE, Jorge Ascensão pela CONFAP e Filinto Lima pela ANDAEP.

Os professores que nela participaram podem requerer ao diretor do Centro de Formação da FNE o reconhecimento e certificação da IV Convenção da FNE, CONFAP, ANDAEP, como uma Ação de Curta Duração de quatro horas, para os efeitos no ponto 1 do Despacho

nº 5741/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, de 29 de maio.

Na sessão de encerramento, as três organizações vincaram os seus esforços, nestes últimos quatro anos, por um sistema educativo mais eficaz em Portugal, pela mobilização construtiva de professores, pais e diretores de escolas. Como bem finalizou João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE: ***As soluções boas em Educação só são boas se forem construídas em parceria.***



Presidente da República associou-se à iniciativa

Melhoria da qualificação dos portugueses é o desafio para a educação – PR



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, lembrou hoje (7 de maio) a "evidente fragilidade" das qualificações dos portugueses quando comparados com os europeus, reclamando a necessidade de produzir compromissos para superar o desafio de melhorar o nível educacional no país.

A propósito da 4.ª Convenção Anual da Federação Nacional da Educação, da Confederação das Associações de Pais e da Associação Nacional dos Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Marcelo Rebelo de Sousa fez questão de "sublinhar os inquestionáveis méritos desta iniciativa", a que se associou.

Em comunicado, o Presidente da República destaca a relevância do tema deste ano - "Educação para um novo século: que respostas educativas? Que currículo? Que organização escolar?" -, considerando que a melhoria do nível de qualificação dos portugueses é o desafio que se coloca atualmente à educação.

"O insucesso escolar é, sem dúvida, um dos principais problemas colocados ao sistema educativo, pressionado a taxa de abandono escolar, ameaçando a concretização da escolaridade obrigatória e limitando os esforços e aspirações do país" na superação daquele desafio, afirma.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, trata-se de um desafio "de elevada complexidade", decorrente da necessidade de todos os alunos concluírem a escolaridade obrigatória e de os adultos terem uma nova oportunidade de melhorar os seus níveis de qualificação.

"Apesar do impressionante esforço realizado pelo país no período democrático, a estrutura de qualificações da sociedade portuguesa revela uma evidente fragilidade quando exposta à comparação europeia", sublinha.

Perante isto, o Presidente da República considera premente "produzir compromissos" em torno do desafio de aumentar as qualificações da população, "como condição de instituição de uma cidadania exigente e de formação de uma força de trabalho preparada para participar num mundo cada vez mais globalizado e competitivo".

Para Marcelo Rebelo de Sousa, a reflexão e o trabalho conjuntos, promovidos por esta iniciativa, em nome de um bem comum, são fundamentais para a prossecução dos objetivos.

Com Lusa

FNE negocia alargamento de prazo para conclusão de doutoramentos

A FNE reuniu a 13 de maio com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para tratar da questão do alargamento do prazo do regime transitório dos docentes do ensino superior politécnico e a reunião revelou-se positiva.

Efetivamente, o ministro Manuel Heitor manifestou-se favorável à produção de legislação que permita aos docentes dos Politécnicos que não viram satisfeitas as condições estabelecidas na lei para a conclusão dos seus doutoramentos, poderem fazê-lo agora. Em causa está a necessidade de ser contemplado o alargamento do período transitório para que os docentes tenham possibilidade de obter o grau de doutoramento ou o título de especialista.

No encontro com a equipa liderada por Manuel Heitor, a FNE não deixou de sublinhar um conjunto de preocupações de centenas de profissionais que poderão ver ameaçado o seu posto de trabalho. Na mesma linha de abertura, o ministro solicitou à FNE o envio de propostas que sirvam de base a esta negociação e à produção da respetiva legislação.

A vice secretária-geral da FNE, Lucinda Manuela Dâmaso, que liderava a delegação sindical, recordou que esta Federação há muito que acompanha e chama a atenção para este problema, que pode conduzir à perda de vários postos de trabalho no setor.

Alertou para os graves prejuízos que esta situação está a provocar aos docentes envolvidos, assim como

às próprias instituições de ensino superior, ao ficarem privadas destes docentes com uma experiência profissional muito relevante. O encontro serviu também para a vice secretária-geral da FNE informar a tutela de que tem conhecimento de várias situações em que as instituições não cumpriram as condições estabelecidas no regime transitório, impedindo desta forma que fossem criadas as condições para que os docentes dos politécnicos pudessem concluir as suas teses dentro dos prazos inicialmente estipulados.

A FNE ainda levantou outra questão que tem a ver com os docentes do ensino superior que se encontravam em processo de doutoramento, e que não viram o seu contrato de trabalho renovado e foram obrigados a sair do ensino superior após largos anos nessa profissão, tendo também alertado para estes docentes que deveriam ver a sua situação protegida na lei que se venha a produzir.

Os contactos entre a FNE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior vão manter-se nos próximos tempos. É intenção da FNE que seja garantida a estabilidade das relações de trabalho dos docentes do ensino superior integrados no regime transitório.

A delegação da FNE nesta reunião foi constituída por Lucinda Manuela Dâmaso, vice secretária-geral da FNE e presidente do SPZN, António Sota Martins, do SDPGL, Fátima Carvalho, do SPZC, Paulo Fernandes, do SDPSUL, João Góis Ramalho, do STAAEZC e José Manuel Azevedo, membro da direção do SPZN.



1º de Maio da UGT em Viseu Trabalhadores da educação participaram em dia de festa e de luta



Milhares de trabalhadores marcaram presença nas celebrações do 1º de Maio da UGT que decorreu na cidade de Viseu. Os trabalhadores da educação (docentes e não docentes) que integram os sindicatos da FNE tiveram uma representação muito expressiva no Pavilhão Multiusos daquela cidade.

As comemorações iniciaram-se pela manhã com insufláveis, trampolins, jogos de xadrez e pinturas artísticas para os mais novos. A animação do recinto esteve a cargo de uma arruada de bombos e tambores e de gaita de foles. Depois de almoço a animação prosseguiu com intervenções dos alunos da escola Artística Agostinho Roseta e do Coro Mozart.



1º de Maio é também dia de reflexão sobre os direitos dos trabalhadores

Como habitualmente as comemorações do 1º de Maio constituem um momento para lembrar que há ainda muito caminho a percorrer para assegurar os direitos dos trabalhadores portugueses. Em Viseu, o secretário-geral da UGT, Carlos Silva, exigiu ao Governo que cumpra o compromisso da reposição das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da função pública, independentemente do seu vínculo laboral.

“Apelamos ao Governo da República para que, no próximo dia 1 de julho, cumpra o compromisso assumido com o país das 35 horas para todos os trabalhadores da administração pública, qualquer que seja o seu vínculo laboral. É uma exigência da central sindical”, afirmou.

Sublinhado a postura negocial da Central Sindical o secretário-geral da UGT evidenciou a importância do



diálogo e da negociação. “Importa que o diálogo social flua entre o Governo e os sindicatos, como a melhor arma para alcançar uma efetiva e desejável paz social que o país requer, depois de uma tão grave e longa crise de austeridade que se abateu sobre os portugueses”.

Para os trabalhadores da educação o líder da UGT deixou uma mensagem de apoio e de garantia de que a central sindical estará sempre na primeira linha da defesa dos direitos destes trabalhadores.

Valorizar a concertação social

Carlos Silva defende que “os espaços de diálogo devem ser reforçados”, designadamente quanto ao seu objetivo – “serem um lugar de partilha de contributos, de construção de soluções entre o Governo e parceiros sociais”, como organismos da sociedade civil que dão força à democracia participativa e consolidam o diálogo social tão proclamado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelas Nações Unidas. “A concertação social é o expoente desses espaços e deve ser aproveitada pelo Governo para construir, incluir e dialogar”, afirmou o secretário-geral da UGT. Relativamente ao setor da educação, o líder da UGT destacou a necessidade de se proceder à melhoria das qualificações dos trabalhadores.

Momentos antes foi a vez da presidente da UGT, Lucinda Dâmaso, endereçar uma palavra a todos os que quiseram fazer parte desta celebração. Lucinda Dâmaso fez uma saudação calorosa a todos os trabalhadores, mas lembrou em especial aqueles que es-



tão em situação de desemprego, principalmente os desempregados de longa duração. Os jovens foram também lembrados no discurso da presidente da UGT, a quem enviou uma mensagem de solidariedade e esperança no futuro.

Lucinda Dâmaso garantiu que a UGT vai continuar a bater-se pela eliminação das desigualdades e pela defesa do desenvolvimento sustentável com vista à criação de emprego.

A festa do 1º de Maio da UGT terminou ao som do grupo musical HI-FI.



Entrega de prémios do concurso *Era Uma Vez o 1º de Maio* foi momento alto das comemorações

Integrada nas comemorações do 1º de Maio da UGT realizou-se a cerimónia de entrega dos prémios do concurso da FNE *Era uma Vez o 1º de Maio*. O evento reuniu num espaço contíguo ao pavilhão central algumas dezenas de pessoas que quiseram estar presentes na cerimónia. Alguns dos premiados deslocaram-se mesmo até Viseu para receberem pessoalmente o prémio e partilharem connosco a satisfação de terem participado no concurso.

O secretário-geral da UGT, Carlos Silva, a presidente da UGT e do SPZN, Lucinda Dâmaso, o presidente do SPZC, José Ricardo, a presidente do SDPSUL, Josefa Lopes, o presidente do STAAEZN, Carlos Guimarães, o presidente do STAAEZC, João Góis Ramalho, a presidente do STAAEZsul e Regiões Autónomas, Cristina Ferreira e o secretário-geral da FNE estiverem presentes nesta cerimónia e fizeram questão de entregar alguns dos prémios aos participantes, reforçando desta forma a importância da iniciativa, que na edição deste ano contou com centenas de trabalhos de alunos de todo o país.

A sala serviu ainda para uma pequena mostra dos trabalhos, que estiveram expostos ao longo de todo o dia das celebrações do 1º de Maio da UGT.

Numas breves palavras dirigidas aos presentes, Carlos Silva, líder da UGT, congratulou-se com esta iniciativa da FNE lembrando que o concurso se transformou "num símbolo do que é o 1º de Maio. Temos aqui um belo repositório da simbologia do Dia do Trabalhador".

Também o secretário-geral da FNE endereçou umas breves palavras aos participantes a quem agradeceu o empenho e dedicação. "É uma iniciativa simbólica da nossa missão de fazer do 1º de Maio o dia da defesa dos direitos dos trabalhadores", afirmou.



Carreiras especiais para trabalhadores não docentes são uma exigência!

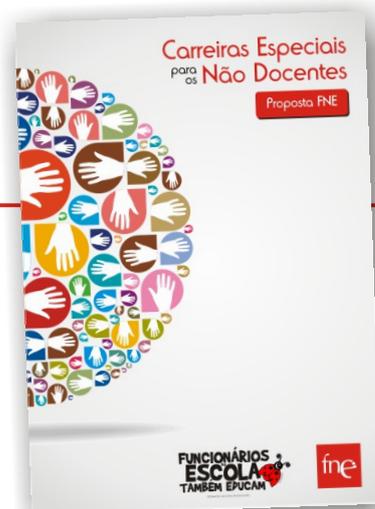
A FNE apresentou a 5 de maio, em Lisboa, em conferência de imprensa, a proposta para a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das nossas escolas. É nosso objetivo alertar para a situação precária em que ainda se encontram muitos trabalhadores, valorizar estes profissionais e

contribuir decisivamente para a dignificação das suas tarefas. E as escolhas da FNE são claras. Escolhemos escolas adequadas ao século XXI.

Novos desafios implicam novas escolas. Não queremos escolas cuja estrutura organizativa seja, no essencial, igual à que existia em meados do século passado, herdada do tempo dos nossos avós.

Um tal modelo de governação representa um risco demasiado elevado para a saúde das escolas atuais, que têm muitas centenas de alunos e profissionais de educação e orçamentos de milhares de euros.

As nossas escolas devem ir ao encontro daquilo que delas esperam os alunos e as famílias: escolas organizadas, autónomas, integradas nas comunidades, bem equipadas e dotadas de profissionais de educação habilitados e motivados.



Os alunos e as famílias esperam mais, têm direito a mais das nossas escolas básicas e secundárias.

As exigências que se colocam ao desenvolvimento das sociedades europeias contemporâneas obrigam a que as escolas tenham de estar preparadas para enfrentar novos desafios - as tecnologias de informação e comunicação, a burocracia eletrónica, as redes sociais, os vários modelos de estrutura familiar, os estilos de vida e o equilí-

Profissionais de educação não são apenas os docentes, são também os profissionais de outras áreas imprescindíveis para a boa execução dos projetos educativos das escolas. Defendemos assim que a escola possa contar com um corpo de profissionais de educação especializados, capazes de dar resposta às inúmeras solicitações que, todos os dias, o mundo moderno coloca. Pode consultar a proposta na íntegra [aquí](#)



As escolhas da FNE são claras. Escolhemos escolas adequadas ao século XXI. Não queremos escolas cuja estrutura organizativa seja, no essencial, igual à que existia em meados do século passado, herdada do tempo dos nossos avós. Um tal modelo de governação representa um risco demasiado elevado para a saúde das escolas atuais, que têm muitas centenas de alunos e profissionais de educação e orçamentos de milhares de euros. As nossas escolas devem ir ao encontro daquilo que delas esperam os alunos e as famílias: escolas organizadas, autónomas, integradas nas comunidades, bem equipadas e dotadas de profissionais de educação habilitados e motivados.

Profissionais de educação não são apenas os docentes, são também os profissionais de outras áreas imprescindíveis para a boa execução dos projetos educativos das escolas. Defendemos assim que a escola possa contar com um corpo de profissionais de educação especializados, capazes de dar resposta às inúmeras solicitações que, todos os dias, o mundo moderno coloca. Pode consultar a proposta na íntegra [aquí](#)

Pode consultar a proposta na íntegra [aquí](#)



Concluída negociação para o despacho de organização do ano letivo

Documento ainda não clarifica distinção entre trabalho letivo e não letivo



A FNE esteve reunida no passado dia 24 de maio, com o Ministério da Educação, para a negociação do despacho de organização do ano letivo e do regime de mobilidade por doença.

Em relação ao despacho relativo às regras a que deve obedecer este ano a deslocação de docentes em função de **situações de doença do próprio ou de familiar**, a FNE congratula-se com a eliminação dos aspetos negativos que constavam da proposta inicial, nomeadamente no que diz respeito à existência de quotas por escola para estes docentes ou da sua colocação em função da respetiva graduação profissional. O despacho passa a respeitar o direito de qualquer docente portador de doença ou com familiar próximo doente, seja qual for a sua posição profissional, possa ser colocado em escola que permita o acompanhamento médico ou que permita a sua fácil deslocação para o posto de trabalho.

A FNE entende que a colocação destes docentes, para o próximo ano letivo, deve ser posterior às colocações de docentes em mobilidade interna, e não deve representar a obrigação de atribuição de turma(s), para evitar os efeitos negativos da intermitência que resulta da necessidade de aceder a cuidados ou acompanhamento médico, o que resultaria em prejuízo dos alunos.

Quanto ao despacho de **organização do próximo ano letivo**, a FNE reconhece que estão contemplados alguns aspetos que constavam, não só do documento de partida apresentado pela FNE em fevereiro passado, como das apreciações escritas e orais formuladas por ocasião da apresentação da primeira proposta, sendo acolhidas algumas das sugestões apresentadas.

A FNE reiterou a sua preocupação em relação às condições de garantia da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, as quais não se esgotam num despacho desta natureza e conteúdo, mas que implicam outras intervenções de ordem legal – nomeadamente no que diz respeito

à determinação de limites do tempo de trabalho letivo atribuído a cada docente;

à definição dos limites quanto ao número de turmas/alunos/níveis que devem estar atribuídos a cada docente, necessariamente distintos em função do nível de escolaridade respetivo;

uma adequada redução da componente letiva em função conjugada do tempo de serviço e da idade;

a necessária revisão do calendário escolar, em relação aos educadores de infância, que deve ser idêntico ao dos restantes docentes.

fne

ME
Ministério da
Educação

Continuamos a considerar que seria útil que este despacho fosse mais preciso e consistente na identificação das atividades que têm de ser consideradas em cada uma das componentes de trabalho dos docentes – a letiva e a não letiva. Para evitar que a componente não letiva acabe por representar uma fonte inesgotável de tempo de trabalho dos docentes, insiste-se ainda na necessidade de se garantir a sua sistemática contabilização, para todos os efeitos que a lei determina, nomeadamente em termos de remuneração adicional, quando for o caso.

Consideramos especificamente que os 150 minutos semanais previstos para a componente não letiva devem ser contabilizados sistematicamente, para que não se verifiquem situações indevidas da ultrapassagem dos seus limites, o que facilmente ocorre quando este tempo fica esgotado nas deslocações entre escolas do mesmo agrupamento.

A FNE insistiu na obrigação de serem considerados mecanismos que impeçam que um docente veja ultrapassado, sem compensação adequada, o limite do tempo de atividade não letiva de estabelecimento.

O critério para determinação do crédito horário a atribuir a cada escola para assegurar a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo e a coordenação pedagógica da escola parece-nos que conduz a resultados insuficientes para as reais necessidades da generalidade das escolas, pelo que deveria ser reforçado.

Consideramos que deve ter tratamento específico o trabalho a ser desenvolvido no âmbito da equipa TIC, havendo o cuidado de o despacho ser claro quanto à sua constituição e condições específicas de funcionamento, o qual deve ser realizado com adequada redução da componente letiva, tendo em conta a dimensão e a responsabilidade das tarefas que são aqui desenvolvidas.

Deve ser estabelecido que a oferta de AEC deve ser organizada apenas depois das atividades letivas, mas nunca no meio do seu decurso.

No caso do 1.º ciclo, para além de dever ser considerada a impossibilidade de a um único docente ser atribuída uma turma com alunos de três ou quatro anos de escolaridade diferentes e a obrigação de os intervalos serem contabilizados no âmbito da respetiva componente letiva.

Foi considerado também necessário proceder a uma revisão das matrizes curriculares dos ensinos básico e secundário.

Em relação às propostas à criação da figura de apoio tutorial específico, podendo vir a constituir um regime de intervenção que seja eficaz, deixa em aberto outras situações de insucesso escolar que ficam incompletamente cobertas pela aplicação do crédito horário determinado no mesmo despacho.

Por isso, devendo a escola ter atenção particular em relação aos seus alunos que acumulam repetências, deve ter a capacidade de gestão de recursos para intervir em relação a todas as situações que sejam identificadas de dificuldade nos processos de ensino-aprendizagem, a tempo, sem esperar

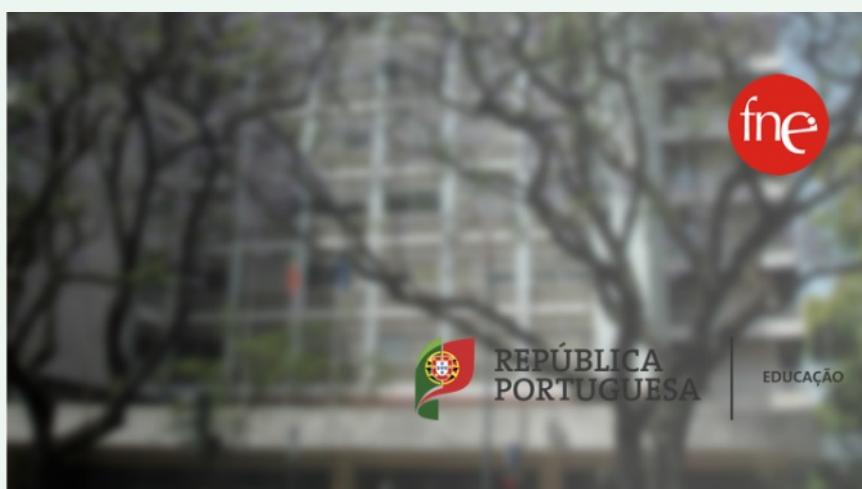
pela repetência que irá conduzir à utilização do crédito agora criado.

O combate ao insucesso em cada escola e para todos e cada um dos seus alunos constitui uma área prioritária de intervenção, para a qual a autonomia de decisão pedagógica que lhe deve estar atribuída tem de contemplar também o acesso aos recursos que viabilizem as soluções/intervenções que forem adequadas.

É neste sentido que entendemos que se devem potenciar mecanismos de intervenção que já hoje existem implementados no terreno – como é o caso das escolas TEIP, dos projetos Fénix, Turma+ ou EPIS.

Mas deve também aprofundar-se o recurso a equipas multidisciplinares que, articuladas com os professores, e integrando Psicólogos, Assistentes Sociais e Educadores Sociais, nomeadamente, constituam mecanismos eficazes na promoção de mais sucesso escolar.

Finalmente, ficou estabelecido que no final do primeiro e do segundo períodos do próximo ano letivo se realizarão reuniões para monitorização, quer da aplicação global do despacho, quer particularmente da suficiência/insuficiência do crédito horário definido pelo novo despacho.



Gostaria de saber quantos assistentes técnicos é que uma escola tem que ter?



A fórmula de cálculo para os assistentes técnicos, que tem por base o número de alunos do 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário do agrupamento ou escola não agrupada, é a seguinte:

- a) Cinco assistentes, incluindo o chefe de serviços, para um número de alunos menor ou igual a 300;
- b) A este número acresce mais um assistente por cada conjunto adicional de 1 a 200 alunos.

E no caso da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico?



No caso da educação pré-escolar e 1.º ciclo já estamos a falar dos os auxiliares de ação educativa e a fórmula de cálculo é a seguinte:

- Educação pré-escolar:

- a) Para um número igual ou inferior a 40 crianças, um auxiliar;
- b) A este número acresce mais um auxiliar por cada conjunto adicional de 1 a 40 crianças;

- 1.º ciclo do ensino básico:

- a) Entre 48 e 96 alunos, dois auxiliares;
- b) Ao número referido na alínea a) acresce mais um auxiliar por cada conjunto adicional de 1 a 48 alunos;
- c) Ao número referido na alínea a) acrescem dois auxiliares no caso de escolas com uma unidade de ensino estruturado;

- d) Ao número referido na alínea a) acrescem dois auxiliares no caso de escolas com uma unidade de apoio especializado;
- e) Ao número referido na alínea a) acresce um auxiliar por cada sala adicional em qualquer das unidades referidas nas alíneas anteriores.

No que concerne aos auxiliares de ação educativa para as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico calcula-se de acordo com a seguinte fórmula:

$$N = (AG + Pav + RAF) \times (1 + RF + T + L + CP_CEF) + UEE + UAE$$

sendo que:

N corresponde ao número de auxiliares;

AG corresponde ao pessoal para apoio geral (AG) — seis auxiliares;

Pav corresponde ao pavilhão gimno-desportivo — dois auxiliares;

RAF corresponde ao rácio funcionário — se o número de alunos for menor ou igual a 600, um auxiliar por cada 100 alunos; se o número de alunos for

maior que 600 e menor ou igual a 1000, um auxiliar por cada 120 alunos; se o número de alunos for maior que 1000, um auxiliar por cada 150 alunos;

RF corresponde ao regime de funcionamento - desdobramento + 25%; normal + noite + 25 %; desdobramento + noite + 50 %;

T corresponde ao tipo de edifício — se o edifício for em blocos/misto + 25%;

L corresponde a limpeza — se for efetuada por empresa externa -25 %;

CP_CEF corresponde a cursos profissionais e ou cursos de educação e formação — se esta oferta formativa for maior que 25 % da oferta da escola + 15 %;

UEE corresponde a unidade de ensino estruturado — dois auxiliares se a escola tiver UEE e mais um auxiliar por cada sala UEE adicional;

UAE corresponde a unidades de apoio especializado — dois auxiliares se a escola tiver UAE e mais um auxiliar por cada sala UAE adicional.

Legislação maio 2016

Lei n.º 12/2016, de 28 de abril, DR n.º 82, Série I

Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 132/2012](#), de 27 de junho, à décima quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90](#), de 28 de abril, e à primeira alteração à [Lei n.º 80/2013](#), de 28 de novembro

Despacho n.º 6201-A/2016, de 10 de maio, DR n.º 90, Série II – Suplemento

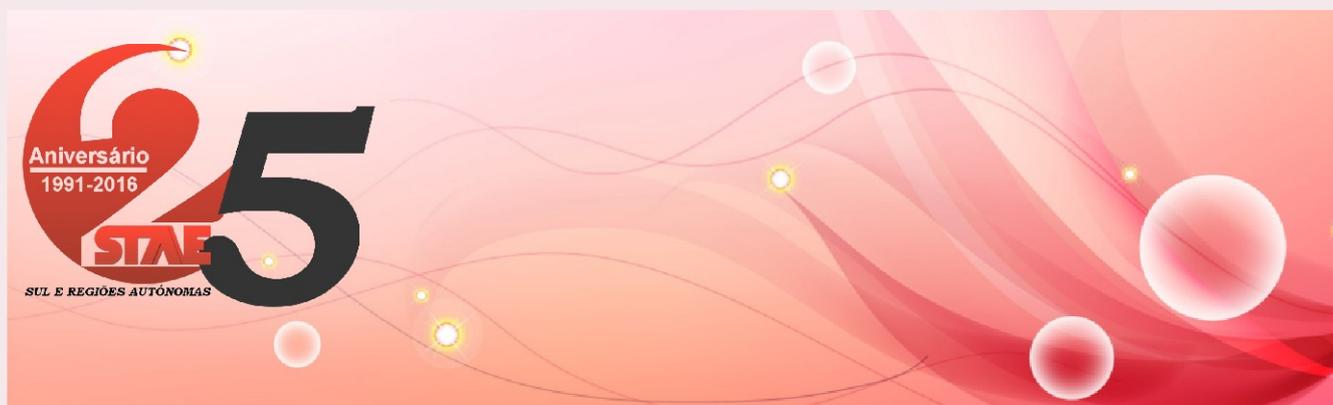
Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas no continente para vigorarem durante o ano de 2016

Portaria n.º 132/2016, de 11 de maio, DR n.º 91, Série I

Determina a extensão do contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – Alteração

O Staae Sul e Ra comemora este mês 25 anos

STAAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



O Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação (STAAE) Sul e Regiões Autónomas, foi fundado no início da década de noventa do século passado com o grande objetivo de se constituir como uma voz autorizada na defesa dos específicos interesses do pessoal de apoio educativo.

Ao contrário do que até então vinha acontecendo, isto é, um longo período durante o qual os interesses destes trabalhadores, em termos da sua filiação sindical, se confundiam numa estrutura única, onde estavam representadas todas as carreiras do funcionalismo público, o STAAE Sul e Regiões Autónomas veio apresentar-se como entidade sindical tão somente preocupada com os direitos e deveres dos Trabalhadores da Educação.

Na realidade, embora nos sintamos solidários com todos os trabalhadores e particularmente com os da sua e nossa condição de trabalhadores em funções públicas, nós temos específicos problemas, enquanto trabalhadores da Educação, questões de estatuto, por exemplo, radicalmente diferentes de outros trabalhadores em funções públicas, por muito respeitáveis que sejam, nos seus enquadramentos nos setores da Saúde, da Justiça ou da Defesa Nacional.

Nesta perspetiva e com o enquadramento da FNE, foi já entregue ao ME o projeto de criação das carreiras especiais para a educação. A sua consagração seria uma forma única de marcarmos os nossos 25 anos.

A Comissão Executiva

**FUNCIONÁRIOS
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



www.fne.pt

fne

Carreiras Especiais

para os **Não Docentes**



Consulte a
proposta da FNE
em www.fne.pt



Contacte o seu sindicato



FICHA TÉCNICA
maio 2016

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Fátima Martins e Paulo Amadeu

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes
e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e
Auxiliares de Educação do Sul e Regiões
Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

**produção gráfica
e paginação**
Rafael Marques

